

**QUAL CATEGORIA DE UNIVERSIDADE PRIVADA, COM OU SEM FINS LUCRATIVOS, TEM MELHOR DESEMPENHO NO ENADE? Conheça a dispersão destas IES no território nacional por região**

**ADRIANA AMADEU GARCIA TORRES**  
UNIGRANRIO  
adriana.amadeu.garcia@gmail.com

**PAULO CESAR DE ALBUQUERQUE MACEDO**  
UNIGRANRIO  
pcamacedo@hotmail.com

**EVANDRO DE CAMPOS CÂMARA**  
UNIGRANRIO  
evandrocamposc@outlook.com

QUAL CATEGORIA DE UNIVERSIDADE PRIVADA, COM OU SEM FINS LUCRATIVOS, TEM MELHOR DESEMPENHO NO ENADE? Conheça a dispersão destas IES no território nacional por região

#### Resumo

Diante da nova realidade do ensino superior, onde a tentativa de atender a demanda por capacitação traz um novo público para os bancos universitários com uma maior participação da iniciativa privada, o presente artigo tem como objetivo identificar em qual categoria administrativa (com e sem fins lucrativos) e em que região do Brasil a universidade privada apresenta melhor desempenho no Enade. Para tanto, foram considerados os resultados nas três edições do Enade: 2006, 2009 e 2012, das universidades privadas que oferecem o curso de bacharelado em Administração. A pesquisa foi descritiva e o levantamento de dados realizado com base em pesquisa bibliográfica. A base de dados disponibilizada pelo Inep foi de fundamental importância para se responder a questão levantada desenvolvendo um trabalho de natureza quantitativa. Os resultados demonstram que a dispersão das universidades privadas no território nacional é desigual, e mais de 50% dos cursos são ofertados na região sudeste, o que traz preocupação. E os resultados da categoria sem fins lucrativos não só é melhor que os conquistados pelas com fins lucrativos, mas como também estas últimas apresentam nível de qualidade preocupante com mais de 50% dos cursos ofertados com grau de qualidade aquém do satisfatório.

#### *Abstract*

*Faced with the new reality of higher education in Brazil, where the attempt to meet the demand for training brings a new public to the university with a greater participation of private initiative, this article aims to identify in which administrative category (with or without profit) and in what region of Brazil the private university has the best performance in the Enade. For both results were considered universities that offer graduation in Administration and that participated the three editions of the Enade: 2006, 2009 and 2012. The research is descriptive and bibliographic. The basis of data provided by Inep was of fundamental importance to answer the question raised by developing a work of quantitative resource. The results show that the dispersion of private universities in the national territory is uneven, and more than 50% of the courses are offered in the southeast region, which is causing concern. The results of the category without profit is better than the with profit, and also the quality level in private university with profit cause concern because in more than 50% of the courses offered the quality falls short of satisfactory level.*

Palavras-chave: Educação Superior. Universidades Privadas. Enade.

## 1 Introdução

Há pouco mais de duas décadas, a alta demanda por profissionais capacitados e as novas configurações capitalistas levaram a um crescimento significativo do número de Instituições de Ensino Superior – IES (BRITTO ET AL, 2008; DIAS SOBRINHO, 2004; SGUISSARDI, 2005). Assim, vale destacar, que o aumento das IES visou atender a um novo público, denominado por Britto et al (2008, p. 787-788) de estudante “novo”. Isto, pois, ainda segundo o autor, ao contrário do estudante “clássico”, o perfil do estudante “novo” é marcado por baixa escolaridade e sem tradição de formação superior na família, o que representa a nova realidade do ensino superior brasileiro.

Diante deste cenário, as IES mantidas pelo Poder Público passam a não conseguir atender de forma plena ao “novo” público. Ao mesmo tempo, a iniciativa privada se depara com oportunidades para participar de forma mais ativa neste mercado potencial, inclusive sendo “privilegiada com a redução de investimentos estatais nas universidades públicas e pela autonomia concedida após a descentralização do poder da esfera estadual para as federais” (GARCIA; NICOLINI; ANDRADE, 2014, p. 26).

Logo, a participação do setor privado passa a ser notória. Em dados absolutos, segundo dados do Inep (2012), tem-se que: de 2.416 IES, 2.112 são iniciativas privadas e 304 são mantidas pelo Poder Público. Em outras palavras, as instituições “que podem ser administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, na forma prevista no Código Civil, com ou sem finalidade econômica ou lucrativa” (LDBE, BRASIL, 1996), representam 87% do quantitativo de IES no país, e, não por acaso, são foco de estudos e pesquisas, como o proposto por este artigo.

Ainda assim, vale ressaltar que o quantitativo apresentado considera todos os tipos de organização sem tratar as especificidades de cada uma. Todavia, deve-se entender que o grau de autonomia é conquistado gradativamente. Toda IES é credenciada inicialmente como faculdade, e em função do seu funcionamento regular e padrão de qualidade satisfatório pode alcançar o status de Centro Universitário, com autonomia na sede; ou Universidade, podendo criar, organizar e extinguir cursos também fora da sua sede. (BRASIL, 2006).

Portanto, o alto grau de autonomia das universidades, autorizadas a abrir novos cursos, somado ao fato de que “a consolidação da indústria da educação superior é uma realidade em todas as regiões do país, com fusões e aquisições que aumentam o poder econômico dos grupos consolidadores e torna a vida mais difícil para as faculdades remanescentes” (NICOLINI; ANDRADE; TORRES, 2013, p. 193), despertou o interesse dos autores por tratar, dentro do setor privado, este tipo de organização.

No que tange a qualidade do que é ofertado, diante de realidades tão díspares, coube ao Ministério da Educação e Cultura “promover a efetivação da diretriz da qualidade no ensino superior. Para tanto, suas ações entre 2003 e 2010 basearam-se em três funções: avaliação, regulação e supervisão das instituições e cursos superior” (MEC, 2013, p. 2). Todavia, mesmos com a diversidade de índices criados pelo Estado, “a aprendizagem dos estudantes continuou tendo um papel muito importante para a avaliação” (NICOLINI; ANDRADE; TORRES, 2013, p. 165).

Não por acaso, o Enade, prova realizada pelos estudantes, acabou recebendo destaque, chegando a ser utilizado para a criação de *rankings* e influenciando decisões dentro e fora das IES até os dias de hoje. E, exatamente por esta razão, o Enade será utilizado como parâmetro neste estudo que traz uma visão diferenciada das universidades privadas presentes nas regiões do Brasil, localizando as mesmas no território nacional e distinguindo os resultados daquelas que possuem fins lucrativos das que não possuem, visto que “os aspectos financeiros são meios, e não fins da educação superior. E, sabe-se que é o que ainda ocorre em algumas universidades mantidas por igrejas e comunidades e em outros estabelecimentos tradicionais” (O ENSINO..., 2011, p. 25).

## **2 Problema de Pesquisa e Objetivo**

Diante do aumento da participação do setor privado na educação superior, especialmente das universidades, o presente estudo levanta o seguinte questionamento: em qual categoria administrativa (com e sem fins lucrativos) e em que região do Brasil a universidade privada apresenta melhor desempenho no Enade?

Para tanto, serão considerados os resultados obtidos nas três edições do Enade: 2006, 2009 e 2012; no curso de bacharelado em Administração, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2014).

## **3 Revisão Bibliográfica**

Neste tópico será apresentado o cenário em que se inserem as universidades privadas, foco deste estudo, e a fim de promover uma maior compreensão do tema, os critérios que distinguem as que possuem fins lucrativos das que não possuem. Em seguida, será explicitado o Enade como parâmetro de avaliação, de modo que se tenha o embasamento necessário para o desenvolvimento desta pesquisa.

### **3.1 As Universidades Privadas no Brasil**

No Brasil, na década de 90, se inicia o processo de mercantilização do ensino superior a partir das novas legislações sancionadas em 1995, 1996 e 1999, e que buscavam dar maior autonomia ao setor (O ENSINO..., 2011, p. 2) em um período caracterizado por políticas de privatizações e desregulamentações, favorecendo o crescimento das IES privadas (SÉCCA; LEAL, 2009, p.114).

Neste contexto surgiu uma nova parcela da população que pressionou para cima a demanda por educação superior, principalmente a oferecida pela iniciativa privada, a qual é denominada por Britto et al (2008, p. 787-788) como estudante “novo”, e descrito pelo mesmo autor como um público formado por indivíduos que não possui histórico de formação no ensino superior na família, tem formação escolar de baixa qualidade, com uma perspectiva de formação para ingresso no mercado de trabalho de nível médio e frequentemente trabalha durante o dia com pretensão de estudar no horário noturno.

Diante deste cenário, a universidade privada, em função do grau de autonomia que desfruta, apresenta vantagem estratégica se comparada com outras formas de organização acadêmica, pois tem liberdade de criar cursos, inclusive fora da sede, e pode fixar o número de vagas oferecidas sem autorização prévia do governo (O ENSINO..., 2011, p.9), o que vem a otimizar o acompanhamento da demanda. Este privilégio torna a universidade privada não apenas um negócio atraente para investimentos, como é de conhecimento público em função das várias aquisições no setor e empresas com capital aberto (SÉCCA; LEAL, 2009, p.120 e 122), mas a posiciona como um tipo de instituição que tem hoje um papel decisivo na educação superior.

A Tabela 1 apresenta dados absolutos que demonstram o crescimento no Brasil das IES, por tipo de organização. Em 2001, eram 1.391 IES, passando para 2.416 IEs em 2012. Isso representa um incremento de 74% no número de instituições em pouco mais de uma década. Contudo, ao estratificar estes resultados, pode ser observado que o número de universidades privadas não aumentou. Em 2001 eram 85 Instituições deste tipo, chegando a 89 em 2010 e retornando ao mesmo patamar do início da série em 2012. A universidade privada representa no último ano da série apresentada apenas 3,5% do total do número de Instituições de Educação Superior, em detrimento dos 6% em 2001.

Tabela 1.

Número de IES por organização acadêmica e categoria administrativa no Brasil

Ano	Universidades		Centro Universitário		Faculdades		IFs e Cefets		Total
	Públicas	Privadas	Públicas	Privadas	Públicas	Privadas	Públicas	Privadas	
2001	71	85	2	64	84	1.059	26	-	1.391
2002	78	84	3	74	83	1.284	31	-	1.637
2003	79	84	3	78	86	1.490	39	-	1.859
2004	83	86	3	104	104	1.599	34	-	2.013
2005	90	86	3	111	105	1.737	33	-	2.165
2006	92	86	4	115	119	1.821	33	-	2.270
2007	96	87	4	116	116	1.829	33	-	2.281
2008	97	86	5	119	100	1.811	34	-	2.252
2009	100	86	7	120	103	1.863	35	-	2.314
2010	101	89	7	119	133	1.892	37	-	2.378
2011	102	88	7	124	135	1.869	40	-	2.365
2012	108	85	10	129	146	1.898	40	-	2.416

Fonte: Censo da Educação Superior 2012 –MEC/Inep

Se por um lado o aumento do número de Universidades privadas foi praticamente nulo nos últimos anos, por outro é possível visualizar um aumento de 91% no número de matrículas neste tipo de organização acadêmica no mesmo período, conforme apresentado na Figura 1, ou seja, apesar de manter o mesmo número de instituições a quantidade de estudantes atendidos quase que dobrou. Já nas universidades mantidas pelo Poder Público, o número de vagas efetuidas no período da série apresentada também dobrou, mas houve, neste caso, um aumento no número de instituições da ordem de 52%.

Em 2001 as universidades privadas tinham uma relação média de 13.408 estudantes matriculados por instituição, elevando em 2012 este número para 25.589. Assim, com relação à gestão deste tipo de organização acadêmica, a universidade privada, principalmente quando tem o compromisso de retorno aos investidores, está inserida em um contexto empresarial, com aspectos científicos e acadêmicos regidos por parâmetros de ordem econômica, em um contexto gerencial que busca aumento da produtividade e da eficiência operacional (BRITTO ET AL, 2008, p. 781).

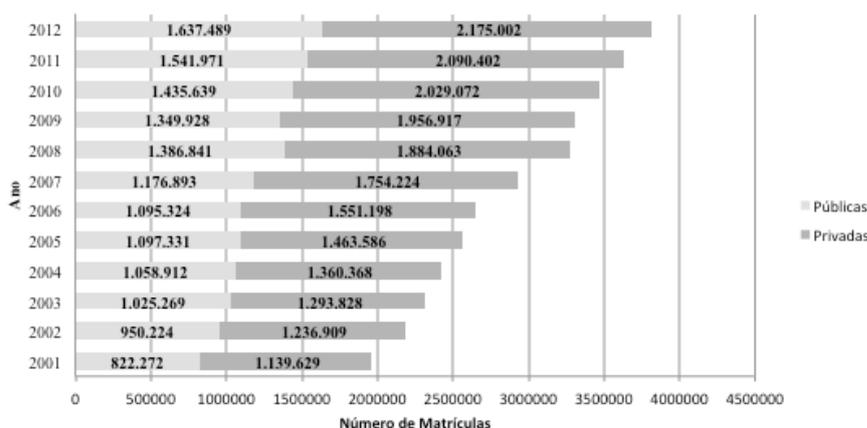


Figura 1. Matrículas na graduação em universidades brasileiras

Fonte: Censo da Educação Superior 2012– MEC/Inep

Quanto à categoria administrativa, as universidades privadas podem ser instituições com fins lucrativos e sem fins lucrativos. As com fins lucrativos ou particulares, em sentido *stricto*, são as mantidas e administradas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de

direito privado (O ENSINO..., 2011, p.11), tendo uma gestão compromissada com os retornos dos proprietários.

Nesse mercado, há também as IES privadas, mas sem fins lucrativos. Podem ser comunitárias, confessionais ou filantrópicas, e alguns autores as consideram “instituições que ainda preservam muito do sentido social e os valores da ciência e do conhecimento como valor público” (BRITTO ET AL, 2008, p. 782). Estas IES, ao invés de repassar ao governo os impostos como as demais empresas, têm obrigação de fazer investimentos em hospitais universitários, escolas e atendimento à população carente (O ENSINO..., 2011, p.11).

### **3.2 O Enade como parâmetro de avaliação**

A proliferação de cursos de graduação no Brasil, se por um lado atende a demanda pela universalização da educação superior na sociedade; por outro, apresenta para o Estado desafios “para a democratização do acesso, para a articulação com as outras etapas da formação escolar e para o provimento de educação com qualidade” (DCE, 2014).

No tocante ao quesito qualidade na formação superior, o governo procura desde a década de 90 formas de mensurar o desempenho dos cursos de graduação, especialmente em relação ao desenvolvimento das competências e habilidades esperadas como parâmetros mínimos à formação dos profissionais. “Para tanto, instituiu e realizou sistematicamente a avaliação dos resultados obtidos por diversos cursos superiores em todas as áreas de conhecimento” (NICOLINI; ANDRADE; TORRES, 2013, p. 162).

O primeiro modelo de avaliação, o Exame Nacional de Cursos (ENC), foi criado em 24 de novembro de 1995 (Lei 9.131), no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, e tinha como proposta realizar avaliações periódicas da qualidade do ensino por meio de relatórios institucionais e visitação das IES, mas principalmente, por exames aplicados anualmente aos egressos dos cursos de graduação, exame este conhecido como Provão. Seu resultado era aferido por meio de conceitos de uma escala de A (excelente) até E (insatisfatório).

Assim, “o Provão foi a primeira iniciativa com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino superior aplicada de forma universal e obrigatória no Brasil” (VERHINE; DANTAS; SOARES, 2006, p. 294). Contudo, por manter o foco principal da avaliação no exame, em detrimento dos outros instrumentos de avaliação das IES “em termos do currículo, da qualificação docente, das instalações físicas e da biblioteca” (*op. cit.*, p. 294), foi bastante criticado no meio acadêmico, mostrando-se pouco eficiente. Aliás, algumas instituições chegaram a fazer treinamentos de egressos para a realização do provão, com o intuito de subir no *ranking* de resultados. (GARCIA; NICOLINI; ANDRADE, 2014, p. 28).

Com o objetivo de reformular o criticado sistema de avaliação do ensino superior vigente à época, o Provão, em 14 de abril de 2004, o então presidente Luís Inácio Lula da Silva cria o Sistema de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), que “avalia todos os aspectos que giram em torno dos eixos: ensino, pesquisa, e extensão. São eles: a responsabilidade social, o desempenho dos estudantes, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos” (INEP, 2014).

Sua finalidade é a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (BRASIL, 2004).

“O Sinaes se baseia numa concepção de avaliação e de educação global e integradora. Mais que um simples instrumento isolado, busca construir um sistema nacional de avaliação da Educação Superior” (DIAS SOBRINHO, 2010 p. 208). Diferente do Provão, a proposta do Sinaes tem como base a existência de uma avaliação que não leve em consideração somente o exame realizado pelos estudantes, mas uma combinação de instrumentos utilizados em momentos e contextos diferentes, considerando a instituição como um todo. “Para tanto, utiliza-se da Avaliação Institucional da Avaliação das Condições de Ensino, do Censo da Educação Superior, do Cadastro da Educação Superior e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade)” (NICOLINI; ANDRADE; TORRES, 2013, p. 165).

Apesar da concepção de um sistema de avaliação que procura mensurar a qualidade dos cursos de graduação das IES, por meio de uma composição de instrumentos que leva em consideração não apenas o desempenho dos estudantes, mas também o desempenho e a atuação das instituições e dos cursos, a avaliação da aprendizagem, por meio do Enade, continuou tendo um grande peso no resultado da avaliação.

O Enade lançou como objetivo principal aferir a aprendizagem dos estudantes nos conteúdos programáticos compreendidos nas diretrizes curriculares do seu curso de graduação, nas habilidades que deveriam ter sido desenvolvidas para fazer face aos problemas esperados pelos futuros profissionais e nas competências para perceber e compreender temas que são conexos ao seu âmbito profissional, ligados à realidade brasileira e mundial. (BRASIL, 2004).

Assim, segundo Verhine, Dantas e Soares (2006), as diferenças entre o Provão e o Enade são poucas. Os autores citam a mudança da frequência do exame, que antes era anual e agora é aplicado a cada três anos para o mesmo curso; e a utilização do Indicador de Diferença dentre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD).

De acordo Bittencourt *et al* (2008) o IDD pode ser considerado a grande inovação do Sinaes. Ele representa uma resposta aos protestos das IES privadas quanto a situação de desequilíbrio existente entre o nível de formação do estudante que ingressa nas IES públicas, muito mais bem preparados do que o da rede privada. “Ao considerar os conhecimentos prévios de cada estudante, o IDD estabelece uma medida mais justa de checagem do “valor agregado” entre instituições teoricamente comparáveis” (NICOLINI; ANDRADE; TORRES, 2013, p. 167).

Ainda assim, a base de cálculo do IDD considera o Enade, que é uma prova composta de 40 questões: dez de Formação Geral (FG), sendo duas discursivas; e trinta denominadas como Componente Específico (CE) de cada curso a ser avaliado, sendo cinco discursivas. O cálculo da nota faz uso da composição das notas em FG e CE dos concluintes, caracterizando a aproximação do Enade com o conceito de avaliação diagnóstica.

Verhine, Dantas e Soares (2006) argumentam que o exame se propõe a englobar várias dimensões em seu teste [...] e dar um peso maior às competências profissionais e à formação geral, com ênfase nos temas transversais. O estudante após fazer o exame recebe um conceito que pode variar de 1 (pior desempenho) à 5 (melhor desempenho), sendo 3 considerado um desempenho satisfatório. Estes resultados são mantidos em sigilo e informados individualmente a cada estudante que realizou a prova.

Confirmando a premissa de que as instituições e cursos utilizariam os resultados verificados no atual sistema de avaliação da qualidade da educação superior, para consubstanciar um processo avaliativo institucional mais abrangente, o Inep instituiu o cálculo do Conceito Preliminar de Curso (CPC, BRASIL, 2008a) e do Índice Geral dos Cursos (IGC, BRASIL, 2008b), baseado nos dados produzidos pelo Enade em conjunto com as outras dimensões avaliativas previstas pelo Sinaes, o que reforça a importância do Enade como parâmetro de avaliação.

#### 4 Metodologia

Com o propósito de identificar a categoria de universidade privada, se é com ou sem fins lucrativos, que obtêm os melhores resultados no Enade, para em seguida localizar as IES por região no território nacional, a presente pesquisa tem caráter descritivo e contou com pesquisa bibliográfica para elucidar o cenário foco do estudo e justificar a escolha do Enade como parâmetro de avaliação da qualidade dos cursos de ensino superior.

Além dos estudos já desenvolvidos sobre o assunto; das Leis, Decretos e Portarias que regulamentam o funcionamento do ensino superior no Brasil; e de informações acerca dos órgãos envolvidos diretamente com o sistema de avaliação das IES, foram analisados os dados disponibilizados pelo Inep (2014) em seu site referentes aos resultados das IES que oferecem o curso de bacharelado em Administração nas três edições do Enade: 2006, 2009 e 2012, sendo, por esta razão, considerada uma pesquisa de natureza quantitativa.

Quadro 1.

#### Variáveis e observações analisadas pelo artigo

Variável	Classificações
Ano do Enade	2006, 2009 e 2012
Organização	Universidade
Dependência Administrativa	Privada
Área	Administração
Conceito Enade Faixa	Sem Conceito (SC), 1, 2, 3, 4 ou 5
Categoria Administrativa	Com fins lucrativos, sem fins lucrativos
UF (Unidade da Federação)	NORTE: AM, PA NORDESTE: MA, CE, RN, PE, SE, BA SUDESTE: MG, ES, RJ, SP SUL: PR, SC, RS CENTRO-OESTE: MS, MT, GO, DF

Fonte: Baseado em Inep (2014).

O Inep apresenta 40 variáveis, destas sete foram consideradas (vide Quadro 1), sendo três para recorte do real universo que representa a proposta de pesquisa deste artigo, na medida em que foram consideradas somente as universidades privadas que oferecem o curso de administração. Por outro lado, as outras quatro categorias foram capazes de distinguir grupos de universidades privadas por região, por conceito e por categoria administrativa em cada Enade, o que alimentou a análise dos dados coletados e possibilitou a resposta ao problema proposto.

#### 5 Análise dos Resultado

Na Tabela 2 é possível identificar, em valores absolutos, o universo da pesquisa formado pelos cadastros das universidades privadas que ofertam o curso de bacharelado em administração e que participaram das edições do Enade analisadas. Note que, para fins de avaliação, cada campus tem um cadastro no Enade, de modo que as 85 universidades privadas mencionadas no revisão bibliográfica são representadas por 224 cadastros no Enade em função da dispersão com que se apresentam no território nacional. Neste caso, a redução no número de universidades privadas merece atenção especial, em função da importância deste tipo de organização que pode estar participando de processos de fusões e/ou aquisições, assim como podem estar perdendo seu *status* por não apresentar a qualidade satisfatória, segundo os critérios desenvolvidos pelo Sinaes.

Outro aspecto que merece destaque é a dispersão desequilibrada deste tipo de organização pelo território nacional. Desequilíbrio este que parece se manter, como demonstra a Figura 2, onde a representação de cada região do país pouco foi alterada ao longo do período analisado e o sudeste se mantém com mais de 50% das ofertas em seu território.

Resta saber se os critérios utilizados na distribuição geográfica dos cursos têm atendido de forma satisfatória a demanda, pois a expansão do Ensino à Distância (EaD) leva a crer que a resposta é não, tal carência não está sendo suprida; logo, este desequilíbrio talvez devesse ser revisto.

Tabela 2.

Quantidade de cadastros de universidades privadas nas três edições do Enade por região

Regiões \ Enade	Com fins lucrativos			Sem fins lucrativos			TOTAL		
	2006	2009	2012	2006	2009	2012	2006	2009	2012
Norte	1	2	1	1	1	2	2	3	3
Nordeste	5	7	7	5	5	6	10	12	13
Centro-oeste	9	13	11	9	7	6	18	20	17
Sudeste	24	25	28	116	133	91	140	158	119
Sul	4	5	5	66	67	67	70	72	72
<b>TOTAL</b>	<b>43</b>	<b>52</b>	<b>52</b>	<b>197</b>	<b>213</b>	<b>172</b>	<b>240</b>	<b>265</b>	<b>224</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Inep (2014).

Retornando a Tabela 2, vale tratar a categoria administrativa das universidades privadas. Note que entre a edição de 2006 e a de 2012 do Enade a quantidade de universidades privadas sem fins lucrativos apresentou um decréscimo, enquanto que as com fins lucrativos se mantiveram constantes. Neste caso, cabe questionar se o fato de não ter fins lucrativos tem de alguma forma dificultado a sobrevivência deste tipo de organização e, principalmente, até que ponto isso pode influenciar na qualidade do que é ofertado.

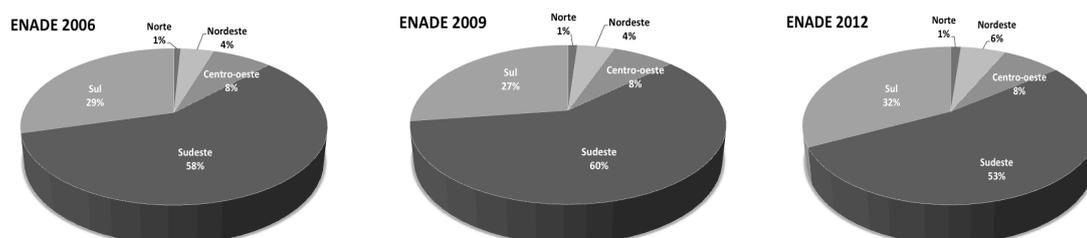


Figura 2. Representação da cada região nas três edições do Enade

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Inep (2014).

Em se tratando da qualidade do ensino ofertado, preocupação maior dos sistemas de avaliação criados e deste artigo, foi elaborada a Figura 3, que considera o resultado nas três edições do Enade das universidades privadas com e sem fins lucrativos. Apesar de ambas terem tido instituições incluídas na categoria “sem conceito” na primeira edição do Enade, hoje todas se encontram totalmente parametrizadas, o que facilita a avaliação, análise e comparação.

Reforçando o fato de que o dinheiro é um meio e não um fim, especialmente em se tratando de educação, os resultados por categoria administrativa demonstram que as universidades privadas sem fins lucrativos não só apresentam melhores resultados quando comparadas com as que têm fins lucrativos, mas como também vem melhorando seus resultados ao longo dos anos, conquistando cada vez mais espaço nos níveis 4 e 5, considerados de excelência.

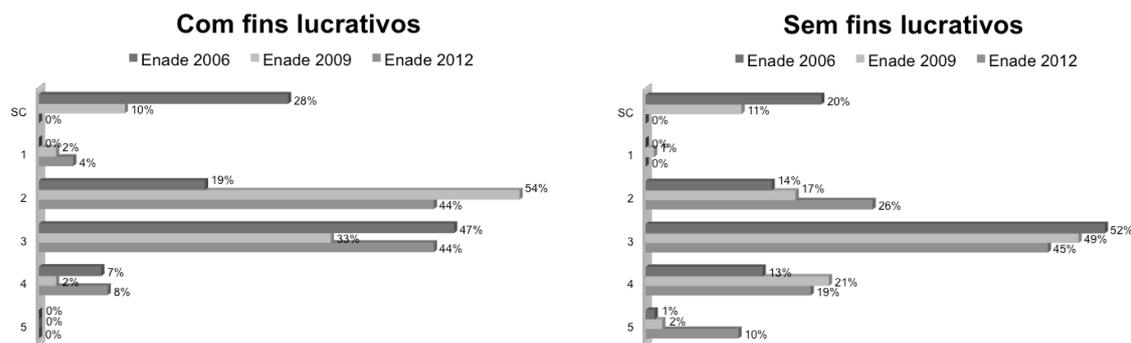


Figura 3. Resultado por categoria administrativa nas três edições do Enade  
 Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Inep (2014).

Somado a esta questão, não se pode desconsiderar o fato de que na edição de 2009, mais de 50% das universidades privadas com fins lucrativos estavam situadas em níveis de qualidade abaixo do satisfatório (1 e 2), e apesar deste quadro apresentar uma melhora na edição de 2012, ainda gera preocupação, pois leva ao questionamento quanto a capacidade destes cursos em conferir aos estudantes uma aprendizagem adequada do conteúdo presente na diretriz curricular, talvez não sendo o mesmo capaz de desenvolver as habilidades requeridas para que possam atuar como profissionais competentes em sua área de atuação.

## 6 Conclusão

Com o aumento da participação das universidades privadas no cenário da educação superior brasileira, onde mesmo mantendo o número de IES, a quantidade de estudantes atendidos cresceu de forma exponencial; os resultados do presente estudo se mostram relevantes ao identificar a categoria administrativa com os melhores resultados e a dispersão geográfica destas organizações no país.

Note que entre a edição de 2006 e a de 2012 do Enade a quantidade de universidades privadas sem fins lucrativos apresentou um decréscimo, enquanto que as com fins lucrativos se mantiveram constantes. É possível que tal redução aparente seja fruto de fusões e/ou aquisições, mas os resultados não demonstram que seja perda de *status* fruto da baixa qualidade. Ao invés disso, as universidades privadas sem fins lucrativos, que preservam por esta razão o sentido social e tem o conhecimento como um bem público, não só apresentam resultados superiores, como vem conquistando os níveis de excelência na educação. Em outras palavras, demonstram capacidade de preparar os estudantes para atuar como profissionais competentes em sua área de atuação.

Não se pode desconsiderar que o fato deste tipo de organização investir em hospitais universitários, escolas e atendimento a população carente, garante que os ganhos para a sociedade ultrapassem a qualidade ofertada no processo educacional. Aliás, é importante destacar que tais conclusões são fruto da inclusão de todas as universidades privadas com conceito no Enade, ou seja, hoje todas possuem parâmetros que possibilitam sua avaliação, análise e comparação e, naturalmente, facilitaram a presente pesquisa.

Por outro lado, as universidades privadas com fins lucrativos, que no Enade 2009 teve mais de 50% dos cursos de Administração com conceito abaixo do mínimo exigido pelo MEC, vem ofertando cursos que não atendem ao padrão mínimo de qualidade esperado. Por esta razão, é preciso questionar até que ponto esta categoria administrativa pode estar se desviando do foco de ofertar um serviço de qualidade e que consiga suprir a carência por educação superior diante das novas demandas.

Por fim, mas não menos importante, a dispersão desequilibrada das universidades privadas no território nacional se mantém e traz consigo grande preocupação, visto que tem-se uma concentração das ofertas no sudeste, o que gera um deslocamento grande de imigrantes

para a região. Assim, é preciso verificar se a metodologia utilizada na distribuição geográfica dos cursos tem sido a mais eficaz para satisfazer a demanda existente, pois a expansão do Ensino à Distância (EaD) leva a crer que não, mas este já seria objeto de outro estudo.

## **Bibliografia**

- BITTENCOURT, H. R.; VIALI, L.; CASARTELLI, A. de O.; RODRIGUES, A. de O. Uma análise da relação entre os conceitos Enade e IDD. *Estudos em Avaliação Educacional*. São Paulo, v.19, n.40, p.247-262, 2008. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1439/1439.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2014.
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, D.O.U., 1996. Disponível em: <[http://www.cp2.g12.br/alunos/leis/lei\\_diretrizes\\_bas.htm](http://www.cp2.g12.br/alunos/leis/lei_diretrizes_bas.htm)>. Acesso em: 20 jul. 2014.
- \_\_\_\_\_. *Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004*. Brasília, D.O.U., 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm)>. Acesso em: 20 jul. 2014.
- \_\_\_\_\_. *Decreto n. 5.773/06*. Brasília, D.O., 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm)>. Acesso em: 28 jul. 2014.
- \_\_\_\_\_. *Portaria Normativa 4, de 5 de agosto de 2008*. Conceito Preliminar dos Cursos Superiores (CPC). Brasília, D.O., 2008. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/download/superior/condicoesdeensino/Portaria\\_N\\_4\\_de\\_5\\_de\\_agosto\\_2008.pdf](http://download.inep.gov.br/download/superior/condicoesdeensino/Portaria_N_4_de_5_de_agosto_2008.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2014.
- \_\_\_\_\_. *Portaria Normativa 12, de 5 de setembro de 2008*. Índice Geral de Cursos da Instituição de Educação Superior (IGC). Brasília, D.O., 2008. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/download/superior/condicoesdeensino/PORTARIA\\_NORMATIVA\\_12.pdf](http://download.inep.gov.br/download/superior/condicoesdeensino/PORTARIA_NORMATIVA_12.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2014.
- BRITTO, Luiz Percival Leme; SILVA, Edineuza Oliveira; CASTILHO, Katlin Cristina de; ABREU, Tatiane Maria. *Conhecimento e formação nas IES periféricas perfil do aluno “novo” da educação superior*. Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, p. 777-791, nov. 2008.
- DCE - Divisão de Temas Educacionais. *Universidades*. Disponível em: <<http://www.dce.mre.gov.br/IES.php>>. Acesso em: 24 jul. 2014.
- DIAS SOBRINHO, José. *Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao Sinaes*. Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 1, p. 195-224, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v15n1/v15n1a11.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2014.
- \_\_\_\_\_. *Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria?* Educação & Sociedade, Campinas, v. 25, n. 88, p. 36-40, out. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a04v2588.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2014.
- GARCIA, Adriana Amadeu; NICOLINI, Alexandre Mendes; ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de. *Valor agregado aos estudantes nos cursos de administração: uma comparação do desempenho entre instituições de ensino superior públicas e privadas*. Revista GUAL – Revista Gestão Universitária na América Latina. Florianópolis, v. 7, n. 2, p. 24-46, mai. 2014. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=319331138002>>. Acesso em: 28 jul. 2014.
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Sinopses estatísticas da educação superior – graduação*. 2012. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 28 jul. 2014.

- \_\_\_\_\_. *Sinaes*. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-sinaes>>. Acesso em: 30 jul. 2014.
- MEC – Ministério da Educação e Cultura. *Qualidade da Educação Superior*. Livreto. 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 20 jul. 2014.
- NICOLINI, Alexandre Mendes; ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de; TORRES, Adriana Amadeu Garcia. *Comparando os resultados do Enade 2009 por número de instituições e número de estudantes: como anda o desempenho acadêmico dos cursos de administração*. Administração: Ensino e Pesquisa. Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 161-196, Jan./Fev./Mar. 2013. Disponível em: <[http://old.angrad.org.br/revista/edicoes\\_anteriores/57/](http://old.angrad.org.br/revista/edicoes_anteriores/57/)>. Acesso em: 28 jul. 2014.
- O ENSINO SUPERIOR PRIVADO, UMA ANÁLISE COMPARATIVA: RS E SP*. Ensaio FEE – Fundação de Economia e Estatística. 5º Encontro de Economia Gaucha (EEG). Jun. 2011. Disponível em: <<http://cdn.fee.tche.br/eeg/5/67.doc>>. Acesso em: 28 jul. 2014.
- ROTHEN, J. C.; NASCIUTTI, F. A educação superior em prova: o perfil da educação superior apresentado pelos resultados do Enade 2005 e 2006. *Revista Diálogos Educacionais*, v.11, n.32, 2011. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?ddl=4589&dd99=view&dd98=pb>>. Acesso em: 27 jul. 2014.
- SÉCCA, Rodrigo Ximenes; LEAL, Rodrigo Mendes. *Análise do setor de ensino superior privado no Brasil*. BNDES 2009. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta\\_Expressa/Setor/Educacao/200909\\_03.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Setor/Educacao/200909_03.html)>. Acesso em: 24 jul. 2014.
- SGUISSARDI, Valdemar. Universidade pública estatal: entre o público e privado/mercantil. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 90, p. 191-222, jan./abr. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n90/a09v2690.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2014.
- VERHINE, Robert Evan; DANTAS, Lys Maria Vinhaes; SOARES, José Francisco. *Do Provão ao ENADE: uma análise comparativa dos exames nacionais utilizados no Ensino Superior Brasileiro*. *Revista Ensaio: avaliação de políticas públicas educacionais*. v. 14, n. 52, p. 291-310. Rio de Janeiro: jul./set. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n52/a02v1452.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2014.